



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
COMISSÃO COORDENADORA DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ATA DA SEXTA REUNIÃO
30 de junho de 2005

ATA Nº 06/2005 CCZEE

1. Abertura

- 1.1 A reunião foi aberta pelo Sr. Gilney de Amorin Viana, Secretário da SDS, que saudou os representantes.
- 1.2 Estavam presentes as seguintes representações: Ministério da Defesa – Cel. Sylvio Romero S. Ribeiro; Ministério da Justiça - Carlos Hugo Suarez Sampaio; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – João Antônio Salomão; Ministério Ciência e Tecnologia – Luiz Carlos Joels; Ministério das Cidades – Celso Santos Carvalho; Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio – Demetrio Toledo; Ministério do Desenvolvimento Agrário – Fani Mamede; Ministério do Meio Ambiente – Gilney Viana e Roberto Vizentin.
- 1.3 Participaram como convidados os Coordenadores Estaduais de Zoneamento dos estados que compõem a Amazônia Legal e representantes do Consórcio ZEE-Brasil.

2. Itens de Pauta

2.1 Regimento da CCZEE

2.1.1 - Apresentada a versão referente ao Regimento Interno da CCZEE, com incorporação das alterações propostas na última reunião.

2.1.2 - O representante do Ministério da Defesa, Cel. Romero, sugeriu alteração no artigo 6º, reportando-se ao Decreto que institui a CCZEE (Decreto da Presidência da República, n.º 99540 de 21 de julho de 1990) que especifica apenas um membro titular e um membro suplente. Desse modo, deveria ser retirado o “substituto legal” do Artigo 6º.

2.1.3 - Após a concordância dos presentes o Regimento Interno foi aprovado.

2.2 Informes

2.2.1 - RIDE-DF

- a. Foi gerado um produto integrado resultado da consultoria técnica coordenada pelo IBGE.
- b. Estão programadas audiências públicas em 22 prefeituras com a possibilidade de se trabalhar também com Planos Diretores nessas ocasiões.
- c. O diagnóstico integrado está sendo realizado, incorporando o processo de ocupação da região e das políticas públicas.
- d. Há possibilidade de assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com governo de Goiás.
- e. A iniciativa em relação ao governo do DF não resultou em avanços.

2.2.2 - ZEE da Bacia do Rio Parnaíba

- a. Foi entregue o Banco de Dados Preliminar com contextualização sócio-econômica.
- b. O Banco de Dados completo deverá ficar pronto em outubro.
- c. A proposta inicial de trabalho na escala de 1:250.000 é inadequada ao trabalho em áreas de preservação permanente, que demandam escalas de 1:50.000 e similares.

2.2.3 ZEE da BR-163

- a. O representante do Ministério da Integração Nacional, Sr. Rosalvo Jr, solicitou apreciação formal do Termo de Referência do Projeto ZEE da BR-163 à CCZEE e Consórcio ZEE-Brasil, conforme ofício encaminhado pela Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Regional do MI.
- b. Cobrou, ainda, o seminário sobre instrumentos de Ordenamento Territorial.
- c. O Coordenador do programa de ZEE, Sr. Marcos Del Prette, comentou que a proposta de seminário não foi adiante pela seguinte razão : o grupo constituído exclusivamente para tratar a questão (MMA, MI e MDA) não se encontrou. No entanto é necessário dar andamento à idéia, de forma mais encorpada, envolvendo um público maior.
- d. O Sr. Roberto Vizentin, Diretor de Gestão Ambiental e Territorial da SDS, intercedeu informando que a comissão irá preparar o seminário.
- e. O Sr. Estevan Del Prette propôs colocar o assunto ZEE da BR-163 como ponto de pauta da próxima reunião. Informou, ainda, que o Acordo de Cooperação Técnica com a Agência de Desenvolvimento da Amazônia não teve continuidade.

2.2.4 ZEE da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

- a. O MI repassará recursos para a execução do projeto de zoneamento em duas

fases: até dezembro deverão ser entregues informações que irão compor um banco de dados, que permitirá a obtenção de uma visão geral da bacia.

b. O processo de macrozoneamento da bacia terá um horizonte de 12 meses para sua execução.

c. É necessário potencializar discussões que indiquem áreas para detalhamento.

2.3 Apresentações

2.3.1 Apresentação sobre o Sistema Integrado de Informações para a Amazônia Legal – SII , proferida pelo Sr. Francisco Cavalcanti, Secretário Técnico do Subprograma de Recursos Naturais/SPRN .

2.3.2 Regularização Fundiária e Ocupação da Terra, proferida pelo Sr. Joaquim Modesto, Procurador Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de esclarecer o tratamento jurídico da questão fundiária.

2.4 Outros assuntos

2.4.1 O Sr. Estevan Del Prette, Coordenador do Programa de ZEE, abordou o fato de que é difícil identificar o cumprimento de uma meta do zoneamento nos moldes do PPA. O Ministério do Planejamento tentou estabelecer indicadores, mas isso não vem funcionando direito. Nesse sentido, alertou que tal discussão, provavelmente, virá para o fórum da CCZEE.

2.4.2 representante do MI, Sr. Rosalvo Jr, informou: que o MI desenvolve estudos sobre a nova delimitação do semi-árido e sobre um Plano de Desenvolvimento Regional para essa região.

2.4.3 O Sr. Estevan Del Prette informou que o Consórcio ZEE-Brasil, sob coordenação do IBGE, está elaborando os cenários tendenciais sobre a dinâmica territorial do Brasil.

2.4.2 O Sr. Roberto Vizentin considerou o fato de que há um distanciamento muito grande entre o que se está fazendo no âmbito do ZEE e o que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional está propondo. Atestou a necessidade de dialogar por ações estruturantes de zoneamento, que deverão ser consideradas em políticas macro, como a própria PNDR, por exemplo. Enfatizou que investimentos estão sendo realizados, sem que sejam considerados os pressupostos do zoneamento. Concluiu seu raciocínio propondo a análise dessa questão no seminário sobre os instrumentos de Ordenamento Territorial.

3. Encaminhamentos

3.1 Alteração no artigo 6º do Regimento Interno da CCZEE : sai “ substituto legal” e posterior aprovação.

3.2 Preparar informe sobre a BR-163 e repassá-la aos membros da CCZEE.

3.3 Convocar os membros representantes do MMA, MI e MDA para prepararem o seminário sobre instrumentos de OT.